



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10464 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES (PECIM): UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO FREIREANA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Livia Cristina Ribeiro dos Reis - UFG - Universidade Federal de Goiás

PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES (PECIM): UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO FREIREANA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

RESUMO

O presente trabalho enuncia reflexões sobre o processo de militarização de escolas públicas à luz da concepção freireana de gestão democrática da educação. Considerando a complexidade e multiplicidade de configurações relativas aos processos de militarização de escolas públicas existentes no Brasil, definiu-se como foco desse estudo a experiência realizada no âmbito do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, implementado pelo Ministério da Educação. A análise evidenciou que o programa representa um retrocesso no campo das políticas educacionais por constituir-se como uma grave ameaça ao princípio de gestão escolar democrática, ferir a autonomia pedagógica ao subordinar profissionais da educação a militares, expropriar espaços de atuação docente e processos de ensino e aprendizagem, bem como descaracterizar a escola pública como espaço de *ser mais*, ou seja, como lócus de formação humana crítica, libertadora, inclusiva e emancipatória como defende Paulo Freire.

Palavras-chave: Paulo Freire; gestão democrática; militarização de escolas públicas.

A presente pesquisa apresenta uma análise do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) à luz do pensamento de Paulo Freire. Considerando a amplitude conceitual da obra do autor, a investigação adotou como recorte temático a concepção freireana de gestão democrática da educação. As reflexões apresentadas foram fundamentadas por pesquisa bibliográfica e análise documental.

O Decreto Federal 10.004/2019 instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), sob responsabilidade do Ministério da Educação com apoio do Ministério da Defesa. O PECIM visa a operacionalização de parcerias entre o Governo Federal e os sistemas de ensino para a implementação do modelo de escolas cívico-militares (ECM), mas não prevê a criação de novos colégios militares – ao contrário, o programa induz o processo de militarização de escolas estaduais e municipais. Entende-se por escola militarizada a instituição escolar pública preexistente que tem seu funcionamento radicalmente modificado em decorrência de acordos com instituições militares.

O Decreto Federal 10.004/2019 menciona a “adoção de modelo de gestão escolar baseado nos colégios militares” (BRASIL, 2019), o que representa uma ruptura com o princípio da gestão democrática da educação pública, regulamentado pelo artigo 206 da Constituição Federal de 1988, reafirmado no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996) e preconizado no artigo 2º da Lei do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (13.005/2014).

Visando subsidiar a implementação do PECIM, o MEC publicou no início do ano de 2020 o *Manual das Escolas Cívico-Militares*. As 324 páginas do documento contemplam normas detalhadas a serem cumpridas por estudantes, docentes e demais profissionais da educação. O documento desconsidera a extensão territorial do Brasil, suas diversidades culturais e desigualdades regionais, e conseqüentemente as especificidades, os desafios e as necessidades da realidade local de cada unidade escolar. Além disso, nota-se que a linguagem utilizada compara o contexto escolar ao dos quartéis e explicita a valorização da obediência em detrimento da autonomia dos sujeitos.

Para Freire (2019a, p. 63), “a escola precisa ser um espaço vivo democrático, onde todas as perguntas sejam levadas a sério, espaço privilegiado da ação educativa e de um sadio pluralismo de ideias”. A educação freireana é concebida como um ato de amor e coragem, a qual deve ser fomentada pelo debate e pela análise da realidade e estar a serviço da humanização dos sujeitos. Freire (2019b, p. 127) nos ensina que “a democracia e a educação democrática se fundam ambas, precisamente, na crença no homem”. Nessa perspectiva, o autor critica a proposição de “pacotes”, manuais ou guias endereçados a professores e assinala que uma das conotações do autoritarismo é a total descrença nas possibilidades dos outros.

Percebe-se como tal prática transpira autoritarismo. De um lado, no nenhum respeito à capacidade crítica dos professores, a seu conhecimento, à sua prática; de outro, na arrogância com que meia dúzia de especialistas que se julgam iluminados elabora ou produz o “pacote” a ser docilmente seguido pelos professores que, para fazê-lo, devem recorrer aos guias (FREIRE, 2020, p. 84).

À luz da regulamentação do PECIM, os militares são responsáveis pela gestão educacional, a qual deve “atuar na difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente escolar externo à sala de aula” (BRASIL, 2020, p. 128). Diante disso, questiona-se qual seria a fundamentação para a convicção de que os militares estão mais habilitados do que os profissionais da educação para desenvolver qualquer atividade em contexto escolar.

Que mensagem implícita o poder público envia aos profissionais da educação por

meio da decisão de militarizar escolas? Como surgiu e se consolidou no imaginário social a ideia de que os militares estão mais habilitados do que os professores para administrar instituições educacionais? Por que muitas famílias aprovam e admiram esse modelo de educação? O que Paulo Freire pensaria sobre essa admiração por uma escola que ensina a obedecer? Mais uma vez parece essencial retomar a ideia de que,

em verdade, o que caracterizou, desde o início, a nossa formação, foi, sem dúvida, o poder exacerbado. Foi a robustez do poder em torno de que foi se criando um quase gosto masoquista de ficar sob ele a que correspondia outro, o de se ser o todo-poderoso. Poder exacerbado a que foi se associando sempre submissão. Submissão de que decorria, em consequência, ajustamento, acomodação e não integração (FREIRE, 2019b, p. 99).

O PECIM sugere que a presença de militares na educação é um “clamor atual de toda a sociedade brasileira”, os quais podem exercer “papel de tutoria que muitos alunos não tiveram em seus ambientes familiares”, bem como desempenhar função estratégica “diante da nova BNCC”, “ajudar a reorganizar a escola” e a “servir de referência para muitos alunos que infelizmente não possuem bons exemplos a seguir” (BRASIL, 2020, p. 130-131). Tal concepção do profissional militar como figura exemplar e admirada pela sociedade requer uma análise cuidadosa, pois se trata de uma narrativa que busca justificar o processo de militarização de escolas públicas em âmbito nacional. No entanto, é primordial situar historicamente a

constituição de um imaginário social instituinte, no tocante ao papel das Forças Armadas, em particular do Exército, para o desenvolvimento do país. Ao longo do tempo, foi se plasmando um pensamento militar, ancorado no tema ordem e progresso, sobre a sociedade brasileira e acerca do Estado, necessário para desenvolver o país, e a educação requerida para dar sustentáculo ao projeto de nação almejado pelos “homens de farda”. Observa-se que as intervenções militares na política efetuadas a partir do Estado Novo (1937-1945) tiveram caráter conservador e salvacionista, ganhando relevo no âmbito militar, de 1937 a 1964, a ideia do Exército como educador do povo, para além dos quartéis (GERMANO, 2008, p. 313).

O documento analisado relaciona o objetivo das ECM à “gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa” (BRASIL, 2020, p. 2). Tal discurso de fragmentação, já manifesto em outras experiências no país, explicita desconhecimento sobre a natureza do trabalho pedagógico, uma vez que a escola não se assemelha à linha de produção de uma fábrica, na qual o processo se divide em etapas dissociadas, onde os militares possam realizar a gestão educacional sem nenhuma interferência no processo pedagógico, e conseqüentemente, sobre o trabalho docente.

Ademais, parece importante destacar que o manual relaciona a ideia de gestão de excelência a um suposto padrão de qualidade elevada. Em contraposição a essa noção de qualidade, registramos a proposição freireana de uma escola pública popular,

uma escola com uma *nova qualidade* baseada no compromisso, numa postura solidária, formando a consciência social e democrática. [...] Essa nova qualidade não será medida apenas pelos palmos de conhecimento socializado, mas pela solidariedade humana que tiver construído e pela consciência social e democrática que tiver formado, pelo repúdio que tiver manifestado aos preconceitos de toda ordem e às práticas discriminatórias correspondentes (FREIRE, 2019a, p. 67, grifo do autor).

Ao analisar o organograma de funcionamento das escolas do PECIM apresentado no manual, constatamos que professores e demais profissionais da educação estão hierarquicamente subordinados aos militares. A hierarquia e a subordinação, marcas características da corporação militar, estão representadas no referido organograma, o que vai de encontro à proposta educacional progressista, emancipadora, libertadora e democrática de Paulo Freire, que supõe relações horizontais entre sujeitos, sem espaço para subordinação. Nessa perspectiva, o autor tece duras críticas ao centralismo e às relações verticalmente constituídas.

Estruturas administrativas a serviço do poder centralizado não favorecem procedimentos democráticos. Um dos papéis das lideranças democráticas é precisamente superar os esquemas autoritários para tomadas de decisão por outros de natureza dialógica. O *centralismo* brasileiro, contra que tanto lutou Anísio Teixeira, expressa, de um lado, nossas tradições autoritárias, de outro, as alimenta (FREIRE, 2019c, p. 80, grifo do autor).

O manual também fere o disposto no inciso I do artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996) ao negar a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, pois apresenta um projeto padronizado que comporta apenas o preenchimento de alguns campos. Nesse sentido, o processo de democratização da escola, que também se materializa na discussão de seu projeto pedagógico, de sua realidade e seus desafios desaparece no modelo do PECIM. Diante disso, parece oportuno registrar que

não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação. Vale dizer, uma educação que longe de se identificar com o novo clima para ajudar o esforço de democratização, intensifique a nossa inexperiência democrática, alimentando-a (FREIRE, 2019b, p. 123).

Por fim, destaca-se que o referencial freireano evidencia a importância do agir educativo no sentido da autêntica democracia, ou seja, aprender democracia através de seu exercício. “Na verdade, se há saber que só se incorpora ao homem experimentalmente, existencialmente, este é o saber democrático” (FREIRE, 2019b, p. 122). Nessa perspectiva, a

pedagogia democrática se materializa através da ação do “professor libertador que convida os alunos para a transformação, que ensina de modo dialógico e não de modo autoritário, que dá exemplo como estudioso crítico da sociedade” (FREIRE, 1986, p. 162). O PECIM, ao contrário dessa proposição, limita a autonomia dos sujeitos e por consequência a possibilidade de uma pedagogia democrática que alcance a sociedade para além dos muros da escola, fomentando outras práticas pedagógicas.

No ano em que comemoramos o centenário de Paulo Freire o Brasil está em luto pelas mais de 500 mil vidas ceifadas pela pandemia de COVID-19. Para Freire (1997, p. 45) “a assunção do *medo* é o começo de sua transformação em coragem”. Nessa perspectiva, diante do atual contexto pandêmico, *esperançar* tem sido uma estratégia de ousadia, de resistência ao medo, de evitar o desespero e o ceticismo (FREIRE, 1986).

Apesar do imperativo pessimista da análise, é fundamental perseverar na luta contra as ameaças e retrocessos que assombram a política educacional brasileira. Nessa perspectiva, parece vital lutarmos “pacientemente impacientes por uma educação como prática da liberdade” (FREIRE, 2019a, p. 60), a qual só pode materializar-se por meio de um projeto pedagógico emancipador.

Por ora, conclui-se que o PECIM representa um retrocesso no campo das políticas educacionais por constituir-se como uma grave ameaça ao princípio de gestão escolar democrática, ferir a autonomia pedagógica ao subordinar profissionais da educação a militares, expropriar espaços de atuação docente e processos de ensino e aprendizagem, bem como descaracterizar a escola pública como espaço de *ser mais*, ou seja, como lócus de formação humana crítica, libertadora, inclusiva e emancipatória como defende Paulo Freire.

BRASIL. **Decreto Nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.** Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Presidência da República, 2019.

_____. **Manual das escolas cívico-militares.** Brasília: MEC, 2020.

FREIRE, Paulo. ***Medo e ousadia:*** o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. ***Professora sim, tia não:*** cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D’água, 1997.

_____. ***Direitos humanos e educação libertadora:*** gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

_____. ***Educação como prática da liberdade.*** São Paulo: Paz e Terra, 2019b.

_____. ***À sombra desta mangueira.*** São Paulo: Paz e Terra, 2019c.

_____. *Política e educação*. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GERMANO, José Willington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. *Caderno Cedes*, Campinas, n. 76, p. 313-332, 2008.